

SUMÁRIO

PARTE I

COMPETÊNCIA CÍVEL DA JUSTIÇA FEDERAL.....	19
1. Jurisdição, competência e previsão legal.....	19
2. Os limites da jurisdição nacional – jurisdição nacional brasileira e jurisdição internacional (breve notícia)	21
3. Competência interna	26
3.1. Critérios de competência interna	26
3.2. Critério funcional e hierárquico	27
3.2.1. Foro por prerrogativa de função (foro privilegiado)..	27
3.2.1.1. Ações cíveis de competência dos Tribunais Regionais Federais (TRFs)	30
3.2.1.2. Mandado de segurança no sistema dos Juizados Especiais Federais	34
3.2.1.3. Competência dos TRFs para julgar MS/ HD e rescisórias impetradas contra ato/ decisão de juiz estadual fora da competência material delegada	36

3.2.1.4.	Competência dos TRFs para julgar MS contra ato de autoridade estadual/municipal com prerrogativa de foro no TJ, mas que atua por delegação de autoridade federal	39
3.2.1.5.	Foro privilegiado nas ações coletivas civis (inclusive improbidade administrativa)	41
3.2.1.6.	Término do mandado/cargo e foro privilegiado cível	44
3.2.1.7.	Litisconsórcio passivo com a autoridade detentora de foro por prerrogativa de função cível.....	45
3.2.1.8.	Ações contra o CNJ/CNMP no STF (art. 102, I, “r”, da CF)	46
3.2.2.	Prevenção	52
3.2.2.1.	Ação acessória ou relacionada ajuizada por ente do art. 109, I, da CF, com a ação principal em curso na Justiça Estadual	54
3.3.	Critério material (ratione materiae)	57
3.3.1.	Justiça Eleitoral.....	58
3.3.2.	Justiça do Trabalho	59
3.3.3.	Justiça Comum (Federal e Estadual)	64
3.4.	Critério valorativo (ratione valoris)	66
3.4.1.	Competência dos Juizados Especiais Federais (Lei 10.259/2001)	67
3.5.	Critério Territorial (ratione loci) e distribuição	70
4.	Regime jurídico da competência	74
5.	Perpetuatio jurisdictionis.....	79
5.1.	Causas modificativas de competência	81

6. Foro de eleição	86
7. Competência cível da Justiça Federal	90
7.1. O art. 109, I, da Constituição Federal	93
7.1.1. Hipóteses de exclusão da competência da Justiça Federal – causas da Justiça Eleitoral e Trabalhista.....	98
7.1.2. Hipóteses de exclusão da competência da Justiça Federal – ações acidentárias típicas.....	99
7.1.3. Hipóteses de exclusão da competência da Justiça Federal – falência, recuperação judicial e afins	102
7.1.4. Sociedades de economia mista federais, serviços sociais autônomos e organizações sociais	105
7.1.5. Ministério Público Federal e Defensoria Pública da União	107
7.1.6. Concessionárias de serviço público federal.....	108
7.1.7. Intervenção de ente federal no processo em curso perante a Justiça Estadual	110
7.1.8. Intervenção/assistência anódina da União (Lei 9.469/97) e <i>amicus curiae</i> (art. 138 do CPC) de entes federais nas causas perante a Justiça Estadual	113
7.1.9. Participação de órgãos federais responsáveis pelas políticas agrárias e urbanas, nas ações possessórias em curso na Justiça Estadual, relativas a conflitos coletivos pela posse de imóvel (art. 565, § 4º, do CPC)	116
7.1.10. Habilitação de crédito de ente federal em inventário	118
7.1.11. Procedimentos de jurisdição voluntária para levantamento de valores relativos a PIS, PASEP, FGTS e resíduos previdenciários deixados por falecidos	119

7.1.12. Protesto pela preferência no recebimento do crédito por entes do art. 109, I, do CF	120
7.1.13. Litisconsórcio passivo facultativo entre entes do art. 109, I, da CF e outros	120
7.1.14. Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	125
7.1.15. Questões relacionadas ao ensino superior.....	128
7.1.16. Ações relacionadas à entrega de medicamentos e realização de procedimentos médicos pelo SUS ...	130
7.1.17. Mero interesse da União ou entidade afim, sem participação como parte ou terceiro	132
7.1.18. Ações coletivas (ação civil pública e ação popular) em matéria ambiental	133
7.1.19. Ações coletivas para fins de reparação de prejuízos ao erário (ação civil pública, ação popular e ação civil de improbidade administrativa).....	139
7.1.20. Ação de interesse de criança/adolescente em situação de risco.....	145
7.1.21. Intervenção do MPF como assistente simples nas causas ajuizadas contra seus membros, por conduta praticada no exercício da profissão	146
7.2. O art. 109, II, da Constituição Federal.....	147
7.3. O art. 109, III, da Constituição Federal	149
7.3.1. Ações fundadas na Convenção de Haia sobre sequestro internacional de crianças	149
7.3.2. Outras ações fundadas no art. 109, III, da CF	151
7.3.3. Hipóteses de não incidência do art. 109, III, da CF	153
7.4. O art. 109, V-A da Constituição Federal.....	155
7.5. O art. 109, VIII da Constituição Federal	159

7.5.1.	MS e HD contra ato de dirigente de empresas públicas federais.....	161
7.5.2.	MS contra ato de dirigente sociedade de economia mista federal	162
7.5.3.	MS contra ato de dirigente de subsidiárias de empresas públicas federais e sociedades de economia mista federais.....	163
7.5.4.	MS contra ato de dirigentes de pessoas jurídicas ou as pessoas naturais no exercício de atribuições do poder público federal.....	164
7.5.5.	MS contra ato de dirigente de entidade (pública federal e privada) de ensino superior.....	166
7.5.6.	MS contra ato de presidente de Junta Comercial .	169
7.5.7.	MS contra ato de particular ou autoridade municipal/estadual (sem prerrogativa de foro) que atua na condição de retentor de tributos federais.....	169
7.5.8.	Mandado de injunção contra autoridades federais	170
7.6.	O art. 109, X da Constituição Federal.....	172
7.6.1.	Execução de carta rogatória e homologação de sentença estrangeira	172
7.6.1.1.	Procedimento do cumprimento de sentença perante a Justiça Federal.....	175
7.6.1.2.	Procedimento da execução da carta rogatória.....	176
7.6.2.	Causas referentes à nacionalidade (inclusive a respectiva opção) e à naturalização	177
7.7.	O art. 109, XI, da Constituição Federal	179
8.	Competência material federal delegada.....	180
8.1.	Ações previdenciárias (art. 15, III, da Lei 5.010/66, com a redação pela Lei 13.876/2019).....	183

8.1.1.	Transição do modelo anterior da delegação para o atual, inaugurado a partir da EC 103/2019 e Lei 13.876/2019 (art. 15, III, da Lei 5.010/66).....	187
8.1.2.	Limites da delegação de competência do art. 15, III, da Lei 5.010/66 (ações de segurado contra o INSS)	191
8.2.	Ação de produção antecipada de provas e justificações contra os entes do art. 109, I, da CF	192
8.3.	Usucapião especial rural	194
8.4.	Audiência de entrega de certificado de nacionalização	195
8.5.	Execução fiscal de tributos federais e afins.....	196
8.6.	Ações coletivas	197
8.7.	Conflitos de competência entre a unidade da Justiça Federal com a unidade da Justiça Estadual que atua por delegação (art. 109, § 3º, da CF)	198
8.8.	Ações acidentárias típicas	199
9.	Competência territorial da Justiça Federal	199
9.1.	Art. 109, §§ 1º e 2º da CF: competência absoluta ou relativa?	202
9.2.	Aplicação da regra do art. 109, § 2º, da CF (art. 51, parágrafo, do CPC) às autarquias federais	205
9.3.	Ações contra empresas públicas federais.....	206
9.4.	Litisconsórcio ativo entre autores domiciliados em foros distintos	206
9.5.	Litisconsórcio passivo entre a União/autarquias federais e particulares.....	207
9.6.	Competência territorial nos mandados de segurança contra atos praticados por autoridades da União e das autarquias federais (art. 109, VIII, da CF)	207

9.7. Ações civis públicas e coletivas no âmbito da Justiça Federal.....	209
9.7.1. Ajuizadas pelos entes do art. 109, I, da CF	209
9.7.2. Ajuizadas contra um dos entes do art. 109, I, da CF	212
9.8. <i>Forum shopping</i> e <i>forum non conveniens</i> à luz da regra do art. 109, § 2º, da CF	212
9.9. Competência territorial nas ações perante os Juizados Especiais Federais (Lei 10.259/2001)	215
9.10. Competência territorial nas execuções fiscais federais	216

PARTE II

COMPETÊNCIA CRIMINAL DA JUSTIÇA FEDERAL	219
1. Considerações iniciais.....	219
2. Atribuições investigatórias da Polícia Federal.....	222
3. Crimes políticos e infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções penais e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral (CF, Art. 109, inciso IV)	225
3.1. Crimes políticos.....	225
3.2. Crimes contra a União.....	229
3.3. Crimes contra autarquias federais	230
3.4. Crimes contra empresas públicas federais.....	231
3.5. Crimes contra fundações públicas federais	235
3.6. Crimes contra entidades de fiscalização profissional.....	236
3.7. Crimes contra a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).	238

3.8. Crimes contra sociedades de economia mista, concessionárias (ou permissionárias) de serviço público federal e entidades do “Sistema S”	240
3.9. Bens, serviços ou interesse da União, das autarquias federais (fundações públicas federais) e das empresas públicas federais	242
3.10. Crimes previstos no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03).....	254
3.11. Crimes contra a Justiça Federal, do Trabalho, Eleitoral, Militar da União e do Distrito Federal.....	256
3.12. Crime praticado contra funcionário público federal.....	258
3.13. Crime praticado por funcionário público federal	262
3.14. Tribunal do Júri Federal.....	266
3.15. Crimes contra o meio ambiente.....	267
3.16. Crimes contra a fé pública	276
3.17. Juízo Federal da Execução penal.....	287
3.18. Contravenções penais	292
3.19. Atos infracionais	294
3.20. Crimes previstos na Lei Antiterrorismo (Lei nº 13.260/16) ..	294
3.21. Crimes cometidos no estrangeiro.....	297
4. Crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente (CF, Art. 109, inciso V)	299
4.1. Tráfico internacional de drogas	303
4.1.1. Desclassificação de tráfico internacional de drogas e perpetuação da competência	308
4.1.2. Delegação de competência federal	310

4.2. Rol exemplificativo de crimes de competência da Justiça Federal com fundamento no art. 109, inciso V, da Constituição Federal	312
5. Incidente de Deslocamento de Competência para a Justiça Federal (CF, Art. 109, V-A, c/c Art. 109, § 5º)	320
6. Crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira (CF, Art. 109, VI)	325
6.1. Crimes contra a organização do trabalho	325
6.2. Crimes contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira	330
6.2.1. Varas especializadas para processar e julgar os crimes contra o sistema financeiro nacional e os delitos de lavagem de capitais	343
7. <i>Habeas corpus</i> , em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição (CF, Art. 109, VII) ..	346
8. Mandados de segurança contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos Tribunais Federais (CF, Art. 109, VIII).....	348
9. Crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar (CF, Art. 109, inciso IX).....	349
10. Crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro (CF, Art. 109, X).....	354
11. Disputa sobre direitos indígenas (CF, Art. 109, XI)	355
11.1. Genocídio contra índios	359
12. Conexão entre crimes de competência da Justiça Federal e da Justiça Estadual.....	361
BIBLIOGRAFIA	365